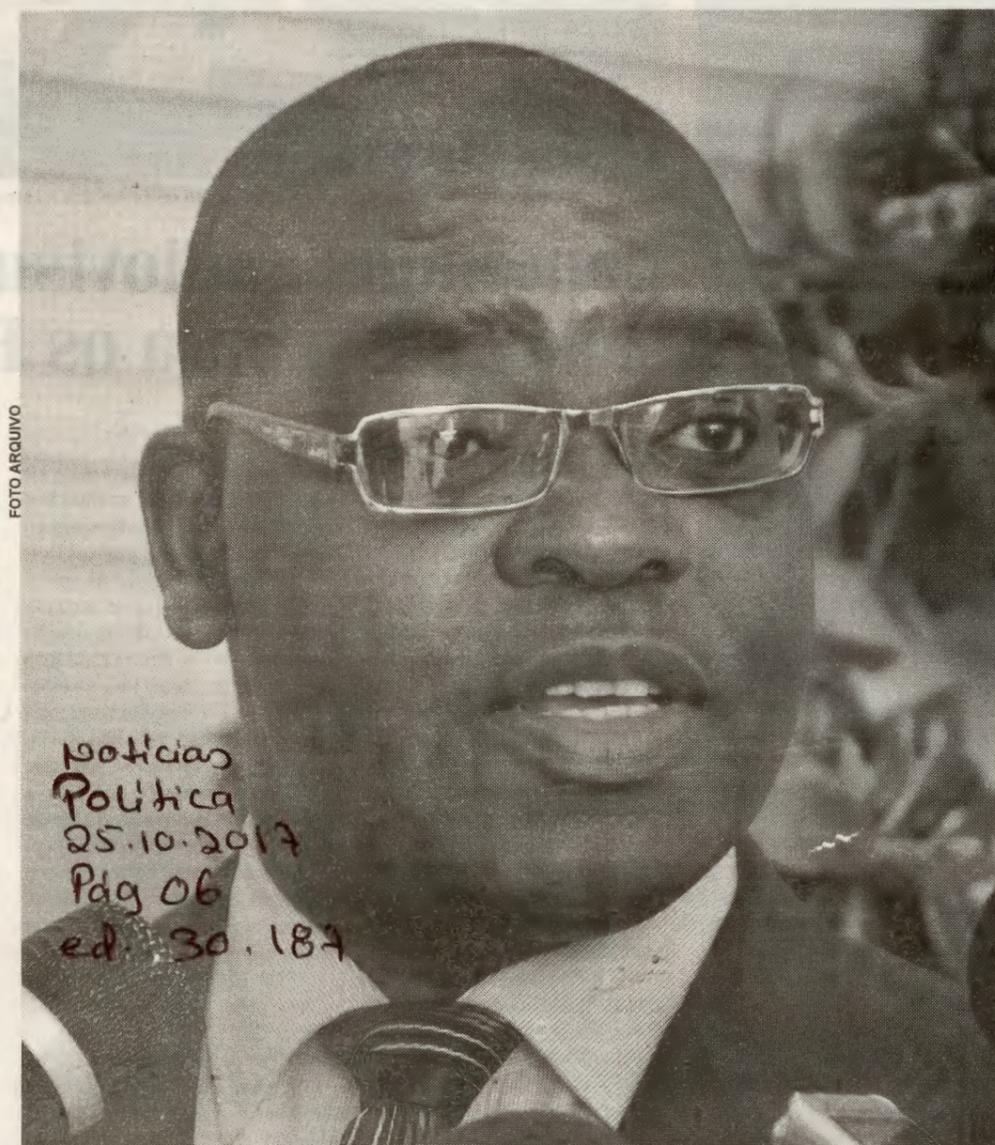


PROTECÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

Proposta inclusão de leis internacionais

O NOVO presidente da Comissão Nacional dos Direitos Humanos (CNDH), Luís Bitone Nahe, afirma que o órgão vai propor a inclusão dos instrumentos internacionais sobre protecção dos direitos humanos na legislação nacional sobre a matéria.



Luís Bitone Nahe

Falando recentemente na cerimónia de tomada de posse como novo presidente da Comissão Nacional dos Direitos Humanos, em substituição de Custódio Duma, por término de mandato, Luís Bitone Nahe disse que o país deu passos importantes com a Constituição da República de 1990, ao incorporar novos instrumentos internacionais, mas ainda há desafios da sua inclusão na legislação nacional.

"O actual desafio é incorporar na legislação os instrumentos internacionais de protecção dos direitos humanos na legislação nacional, porque a nossa Constituição já prevê esses instrumentos", reiterou.

Entre os instrumentos a serem incorporados, apontou os exemplos das convenções contra a tortura e sobre a deficiência, a penalização dos casamentos prematuros e contra as práticas

tradicionais que atentam contra as mulheres, que, segundo disse, não constam da diversa legislação penal e civil nacional.

"Há vários instrumentos cujo levantamento será feito oportunamente para apresentar ao público e mostrar os desafios junto do legislador e do Governo para melhorarmos a situação dos direitos humanos no país", afirmou.

Sobre a sua nomeação para o cargo, disse tratar-se de um grande desafio, pois, afirmou, para satisfação de qualquer direito são necessários recursos. Assegurou que o seu elenco vai tentar inovar e criar novas fontes de receitas para que a Comissão Nacional dos Direitos Humanos exerça cabalmente as suas atribuições e competências.

Reconheceu que não são novos os casos de violação dos direitos humanos por parte de entidades públicas e privadas, referindo,

porém, que em quase todo o mundo há relatos de casos de transgressão de direitos humanos.

"A missão da Comissão Nacional dos Direitos Humanos é consciencializar as autoridades públicas e a sociedade civil, em geral, a adoptar uma nova mentalidade sobre os direitos, incluindo as autoridades de segurança", disse.

Refutou a crítica segundo a qual a Comissão apenas se limita a repudiar casos de violação de direitos humanos e nunca parte para a acção concreta.

"O mandato da comissão não é apenas denunciar, mas recomendar as autoridades públicas sobre as boas práticas dos direitos humanos e também propor nova legislação favorável aos direitos humanos. A nossa função não será apenas monitorar para denunciar, mas também aconselhar ao Governo sobre como fazer as leis amigas de direitos humanos.

Vamos propor leis ao Governo, à Assembleia da República e a todas as entidades interessadas", afirmou.

O presidente da CNDH, que é proveniente da Ordem dos Advogados de Moçambique, terá como adjunta Felisbela Gaspar, do Ministério da Saúde. Fazem ainda parte do órgão Alda Salomão, Elias Zacarias Massicame, Maria Alice Mabota e Rosa Costley White, provenientes de organizações da sociedade civil, Feliciano Lourenço P. Matazama e Stefan Dick K. Mphiri, indicados pelo Governo com anuência dos ministérios da Educação e Desenvolvimento Humano e da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos.

O elenco completa-se com os representantes da Assembleia da República, nomeadamente Aminuddin Mohamad, Ernesto Cassimuca Lipapa e Arnaldo Chalaua, empossados em Abril do ano passado.

noticias
Politica
25.10.2017
Pag 06
ed. 30.187